

ISSN 0719-4706 - Volumen 5 / Número Especial Sociedad y Medio Ambiente en América Latina / Enero – Marzo 2018 pp. 202-213

DA “LUTA PELA TERRA” À “LUTA PELA TERRA”: ROMARIAS, MUDANÇA CLIMÁTICA E A APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA DA GUERRA DO CONTESTADO (SANTA CATARINA, BRASIL)

DE "LUCHA POR LA TIERRA" A "LA LUCHA POR LA TIERRA": ROMARIAS, CAMBIO CLIMÁTICO Y LA APROPIACIÓN SIMBÓLICA DE LA GUERRA DEL CONTESTADO (SANTA CATARINA, BRASIL)

Dr. Claiton Marcio da Silva
Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil
claiton@uffs.edu.br

Fecha de Recepción: 15 de septiembre de 2017 – **Fecha de Aceptación:** 07 de febrero 2018

Resumo

Este artigo tem por objetivo debater atuação controversa da Igreja Católica em relação às populações excluídas na região Oeste do estado de Santa Catarina, Brasil. Esta influência, que inicialmente buscou desmobilizar as populações caboclas durante a Guerra do Contestado (1912-1916), passou a valorizar o modo destas comunidades marginalizadas mais recentemente, especialmente após a organização do movimento da Teologia da Libertação nesta região. Por fim, a narrativa da Romaria da Terra e da Água, uma celebração organizada pela Igreja que, entre outras bandeiras, debate a questão agrária, assume aspectos do ativismo ambiental. Assim, os textos da romaria apropriam-se simbolicamente de aspectos da Guerra do Contestado - onde a Igreja Católica teve uma participação contrária aos movimentos rebeldes dos caboclos - e, aproximando-se de uma retórica de defesa do ambiente e do planeta, reorganizou a narrativa de seu próprio papel neste processo.

Palavras-Chave

Mudanças Climáticas – Romaria da Terra – Guerra do Contestado (1912-1916)

Resumen

Este artículo tiene por objetivo debatir cómo la Iglesia Católica tuvo una actuación controvertida en relación a las poblaciones excluidas en la región Oeste del estado de Santa Catarina, Brasil. Esta actuación, que inicialmente buscó desmovilizar a las poblaciones caboclas durante la Guerra del Contestado (1912-1916), pasó a valorar el modo de estas poblaciones marginadas más recientemente, especialmente después de la organización del movimiento de la Teología de la Liberación en la región. Por último, la narrativa de la Romería de la Tierra y del Agua, una celebración organizada por la Iglesia que, entre otras banderas, debate la cuestión agraria, asume aspectos del activismo ambiental. Con eso, los textos de la romería se apropian simbólicamente de aspectos de la Guerra del Contestado -donde la Iglesia Católica tuvo una actuación contraria a los movimientos rebeldes de los caboclos -y, acercándose a una retórica de defensa del ambiente y del planeta, reorganizó la narrativa de su propia actuación controvertida en la región.

Palabras Claves

Cambios Climáticos – Romería de la Tierra – Guerra del Contestado (1912-1916)

Introdução

Dia 11 de setembro acontecerá a 22ª Romaria da Terra e da Água em Irani, na Diocese de Joaçaba. Neste local, no dia 22 de outubro de 1912 aconteceu 'O Combate do Irani', na guerra do Contestado, onde muita gente foi morta, na luta pela terra.

(Texto base, p. 26)

A Igreja Católica que atua no oeste de Santa Catarina desde o surgimento de lideranças como o bispo Dom José Gomes (1921-2002) e da Comissão Pastoral da Terra - a CPT, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – não pode ser comparada com a Igreja que teve atuação contraditória durante o movimento do Contestado. A “opção pelos pobres”, lema principal do movimento “Teologia da Libertação” passou a organizar importantes movimentos sociais na região, principalmente após 1970. Frente ao processo de exclusão social provocado pelo avanço da modernização da agricultura, as pastorais ligadas à Igreja Católica organizaram debates e ações buscando a melhora das condições dos pequenos agricultores. O crescimento dos processos integrados de produção agrícola – caracterizados pela vinculação direta e desigual entre produtor e agroindústria através do fornecimento quase compulsório de insumos e maquinário, bem como exigências em termos de infraestrutura – expulsou muitos agricultores de suas propriedades e fomentou o surgimento de movimentos sociais na região oeste¹. Neste processo de organização e luta/defesa dos direitos dos agricultores, a Esquerda Católica² teve influência decisiva na organização dos mesmos.

Porém, o processo de retomada da memória da Guerra do Contestado pela Igreja Católica representa, no mínimo, uma contradição. No que se refere à história do período, a Igreja oficial, praticamente ausente nos vastos sertões da região Sul do Brasil até o início do século XX, teve forte atuação na desestabilização dos ideários caboclos – e de seu catolicismo popular, pautado na figura dos monges –, apoiando o Estado Republicano, que por sua vez, promoveu massacres contra estas populações³. Um século mais tarde, celebrações católicas como a Romaria da Terra e da Água, fazem ressurgir a memória dos conflitos do Contestado em 2011. Às vésperas de completar o primeiro centenário do combate do Irani, a narrativa oficial durante a romaria não fez menção ao papel histórico da Igreja ao longo do processo.

Uma das motivações para a reassunção da memória dos sertanejos é, como afirmado anteriormente, a consistente ligação entre os movimentos ligados à Teologia da

¹ Claiton Marcio da Silva, Saber, Sentir, Servir e Saúde. A construção do novo jovem rural em Clubes 4-S (1970-1985). Dissertação de Mestrado em História. (Florianópolis: UFSC, 2002).

² Para Campigotto, a esquerda católica é a ala da Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação. Reúne leigos, padres, religiosos e bispos que assumiram uma postura teológica em torno da opção preferencial pelos pobres, José Adilçom Campigotto, *Roças, Empresas e Sonhos: Jogos e Discursos (A CPT em Santa Catarina)* (Florianópolis: UFSC, 1996), 1. Dissertação Mestrado em História. Para Flores et al., “A CPT (Comissão Pastoral da Terra), ligada à Teologia da Libertação, integrada à Igreja Católica, nutre-se de um saber milenar no uso de imagens, rituais, oralidades, o teatro, o canto, a reza, para o ensinamento de suas mensagens.” José Adilçom Campigotto, *Roças, Empresas e Sonhos...* 209. Sobre o tema ver também Odilon Poli, *Leituras em movimentos sociais* (Chapecó: Grifos, 1998).

³ Ver P. P. Machado, *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)* (Campinas: UNICAMP, 2004).

Libertação desde a década de 1970: sua inserção na Fronteira Sul do Brasil, além da elaboração de um mito que direciona as lutas por acesso/permanência à terra, tal qual o Contestado. Assim sendo, existem elementos ambientais decisivos na formulação desta narrativa, e por esta razão buscou-se incluir a memória do Contestado: a Romaria da Terra e da Água – onde o termo “terra” refere-se à propriedade individual ou coletiva, o espaço de produção de alimentos, moradia e reprodução das formas de vida camponesa – tornou-se também uma celebração em defesa do planeta Terra. Com o avanço de agrotóxicos e transgênicos na América Latina, as lutas sociais na Fronteira Sul do Brasil adotaram e amplificaram pautas de conservação dos recursos ambientais: incentivo à produção orgânica de alimentos, a conservação de mananciais, da flora e da fauna, remetendo à ideia de proximidade entre grupos humanos e natureza como usualmente é representado o modo de vida de colonos e caboclos pré-revolução verde.

E se as movimentações sociais católicas compartilham um imaginário no qual as populações caboclas são representadas enquanto “protetoras” do ambiente e dos recursos naturais, a romaria de 2011 buscou cumprir duas funções: a) retomar a memória do Contestado enquanto símbolo de luta e b) reforçar a ideia de que as populações caboclas exerceram uma influência quase divina na preservação do ambiente. Este segundo ponto demonstra como uma construção narrativa envolvendo preocupações ambientais serviria como conciliação simbólica entre a instituição que apoiou a ação violenta do Estado Nacional e os grupos de sertanejos. O ambiente serve, neste sentido, como um recurso mediador entre o passado e o futuro: com a função de “salvar o planeta”, a retórica da romaria indica que: tanto os grupos que expressam fé católica ou evangélica, caboclos, eurodescendentes ou povos indígenas devem se responsabilizar pelo “futuro em comum”; em contraponto, selecionou-se aspectos do passado, no intuito de ocultar o exercício da instituição oficial católica que culminou no martírio caboclo.

Como aponta William Cronon, ao se referir à relação entre narrativa e história ambiental, o ato de narrar permanece como uma “bússola moral” dos humanos, que as utilizam para motivar e explicar suas próprias ações: “as histórias (*stories*) que contamos mudam a forma em que agirmos no mundo”⁴. Se as populações caboclas foram incorporadas pela Igreja oficial nas décadas posteriores aos conflitos do Contestado, o mundo natural, nesta ênfase, serviu como estratégia para reconfigurar a narrativa do protagonismo religioso no passado, no presente e para o futuro. Esta estratégia é diferenciada de outras apropriações da memória da guerra do Contestado, tal qual realizada pelo ex-governador do estado Esperidião Amin Helou Filho durante campanha eleitoral e primeiro mandato de Governador do Estado de Santa Catarina (1983-1986). A imagem do “Homem do Contestado”, afirma Ferreira, é modificada “de acordo com os interesses do poder atuante”. Neste sentido, Amin direcionava seu discurso de preservação do que considera a “identidade perdida do catarinense, homem que, segundo ele, existiu e foi destruído física e culturalmente”⁵. Por outro lado, a “ecologia” dos homens do Contestado, a maneira que estes grupos interagem com o ambiente, foi

⁴ William Cronon, A Place for Stories: Nature, History, and Narrative, *Journal of American History*, Volume 78, Issue 4, 1 March (1992) 1375.

⁵ Assim, a “busca por resgatar a identidade catarinense”, leva a “um incentivo por parte do governo para a produção e a recuperação da memória do ‘Homem do Contestado’”. Havia uma intenção de estabelecer uma identidade cultural para o estado, formando uma imagem do catarinense típico. Ver H. de Freitas Ferreira, *Historiografia contestada: reflexões acerca de alguns discursos e representações dos sujeitos atuantes na Guerra do Contestado*. Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil, vol.1, n.1,(2007) 93.

ocultada na narrativa pelo ex-governador, que romantizou um modo de vida desprezado à época pelas elites governantes.

Desta forma, as disputas sobre a memória do Contestado são constantes e envolvem representantes políticos, religiosos, folcloristas e acadêmicos. Na esfera social, a associação entre o Contestado e luta ambiental, representa um elemento inovador.

A propagação de um catolicismo popular por meio dos monges João e José Maria na região, desde as últimas décadas do século XIX, divergiu da posição de personalidades como Frei Rogério Neuhaus (1863-1934). O religioso franciscano, nascido em Borken, Alemanha, salientou os ideários do catolicismo oficial romanizado, e por isso, contestador dos hábitos dos monges. Em meio às transformações sociais resultantes do processo de construção da ferrovia São Paulo/Rio Grande, no início do século XX, “constitui-se uma sociedade milenarista” que questionou “a autoridade dos coronéis e da Igreja Católica e a convivência do governo federal” com práticas arbitrárias de poder⁶. Essa crença milenarista

Esteve alicerçada na confiança que a população depositava na figura de andantes que circulavam nas estradas que conduziavam tropas de animais entre Sorocaba e Rio Grande do Sul desde meados do século XIX. Eles se destacaram por assumir papéis de curandeiros e sacerdotes, benzendo, fazendo pregações, batizando as crianças e receitando remédios baseados em ervas. Mais de meio século de andanças e atividades desses peregrinos – o primeiro registro da presença de José Maria na região data de 1845 – acabou fixando uma lenda áurea para esses homens. Eles eram chamados de monges e se fizeram reconhecidos como pertencentes à linhagem da Sagrada Família de Jesus Cristo ao adotar o nome de João ou José Maria⁷.

Em seu clássico sobre o movimento do Contestado, Maurício Vinhas de Queiroz demonstrou a oposição de concepções entre os catolicismo “popular” e o “oficial”: “Viajando pela região serrana, batizando e pregando, fazendo caridade, ameaçando com penas do inferno os casais não ligados pelo casamento religioso, exorcizando possessos do diabo, durante longo tempo Rogério de Neuhaus fez concorrência com João Maria”. No entanto, continua Queiroz, “não conseguiu vencer a sua fama”.⁸

Sintetizando a discussão entre as diferentes vertentes de catolicismo aqui representadas pelas figuras de João Maria e Frei Rogério, a disputa não somente religiosa, mas política é salientada, como diz Mello: “Cabe aqui lembrar que o mesmo frei [Rogério] é identificado com a República que era tida como elemento gerador da desordem estabelecida dentro do fragmentado campo simbólico dos caboclos daquela região”.⁹ Aproximando-se do poder exercido pelo Estado “republicano”, frei Rogério era, então, visto com restrições pelos caboclos “monarquistas”. Para Maurício Vinhas de Queiroz, “se o catolicismo popular e sincrético daquela área recebia, apesar de tudo, com uma certa desconfiança a palavra de Rogério Neuhaus e a dos raros padres estrangeiros,

⁶ Rogério Rosa Rodrigues, Estilhaços da violência. A Guerra do Contestado e a memória oficial. Revista Contemporânea – Dossiê Guerras e Revoluções no Século XX, Niterói, vol. 2, ano 5, n. 8. p. 9.

⁷ Rogério Rosa Rodrigues, Estilhaços da violência. A Guerra do Contestado... 9.

⁸ M. V. de Queiroz. Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja de Contestado (São Paulo: Ática, 1958), 58.

⁹ A. Mello, Quando todos têm razão: uma leitura sobre Deus e a diversidade. Revista Nures, ano 2, n. 4, Set. Dez. (2006) 11.

era porque eles cobravam pelos batismos, casamentos e missas”. E de acordó com “o sistema de valores local, os maiores santos deveriam dar prova de absoluto desprendimento. João Maria nunca tocava em dinheiro”.¹⁰

A contradição não é definida a partir das diferentes posturas entre catolicismo “rústico” ou popular e romanizado; o paradoxo reside na maneira como, décadas mais tarde, a Igreja Católica oficial fez ressurgir narrativas sobre os grupos sertanejos em que a instituição se opôs nos tempos do Contestado.

A Romaria da Terra e da Água de 2011

Se a década de 1970 assistiu ao início de um processo de êxodo rural, contemplou também o florescimento dos movimentos sociais camponeses, principalmente na Fronteira Sul do Brasil, com a organização das oposições sindicais, Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA, atualmente Movimento das Mulheres Camponesas) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A formação desses movimentos sociais esteve ligada aos impactos econômicos e sociais trazidos pelo processo de modernização da agricultura no oeste catarinense. A introdução de variedades melhoradas de sementes, “exigentes em insumos modernos, importados e de alto custo, resultou em benefícios para as propriedades de maior tamanho, marginalizando, e não raras vezes, obrigando pequenos agricultores a abandonar a atividade”¹¹. As pastorais ligadas à Teologia da Libertação deram suporte direto na sistematização e viabilização desses grupos.

Com o lema “Deus criou... e tudo era muito bom” (Genesis 1,31), a Romaria da Terra e da Água de 2011 teve como tema as mudanças climáticas: “Planeta, nossa casa comum, é o único lugar que temos para morar. Cuidar desta casa é reconhecer a importância de toda criação”¹², afirma o texto base de 2011. Citando a frase de Leonardo Boff, “Todo ser que vive merece viver”, a proposta conduzida pela Igreja afirma que: “cuidamos do planeta, não porque o ser humano precisa dele para viver, mas porque toda criação, todas as formas de vida, têm direito de viver dignamente”¹³. Mais do que um planeta para os homens, a narrativa da criação citada pelo texto do Genesis, receberia, neste contexto de mudanças climáticas, uma interpretação mais abrangente.

O poema da criação contado e cantado no livro de Gênesis, diz que Deus criou este mundo-jardim e viu que tudo era muito bom. Deus cria e contempla sua obra de arte. Admira-se! Alegra-se ao ver tanta beleza. O Grande Jardineiro entrega esse jardim à humanidade, sem escritura, mas com um pedido: 'CUIDAI!'. Desastrosamente esse verbo foi traduzido por “domina!” e, com isso, o jardim foi virando vale de lágrimas.¹⁴

Realizada desde 1986, a Romaria reuniu aproximadamente 20 mil pessoas em sua primeira edição, ocorrida em Taquaruçu – Fraiburgo, “cidade santa do Contestado, tendo como lema: '*a luta pela terra brota a vida*'. Este lugar foi escolhido por ter sido palco de um dos maiores massacres na luta pela terra”, afirma a CPT. “De um lado os

¹⁰ M. V. de Queiroz, *Messianismo e conflito social...* 58.

¹¹ E. Espírito Santo, *A agricultura no estado de Santa Catarina* (Chapecó: Grifos, 1999), 99.

¹² CNBB Sul, *Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água*. Florianópolis: [s.l.], março de 2011. p. 2.

¹³ CNBB Sul, *Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água*. Florianópolis... 2.

¹⁴ CNBB Sul, *Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água*. Florianópolis... 2.

latifundiários e o exército e do outro os caboclos e suas lideranças. Estes, durante mais de quatro anos (1912 a 1916) lutaram por um novo céu e uma nova terra, na Guerra do Contestado”.¹⁵ A historiografia reforça o argumento de realizar a romaria em Taquaruçu, “lugar onde aconteceram episódios de luta, resistência do caboclo e violência do Estado, na campanha do Contestado.”, mas introduzem um elemento ocultado pelo texto base: “Convém lembrar que a Igreja Católica à época do Contestado, também reprimiu esse movimento”.¹⁶

Nesta edição de 2011, realizada no município de Irani, Diocese de Joaçaba, bandeiras históricas dos movimentos sociais que surgiram em diálogo com a CPT na segunda metade da década de 1970 e início da década de 1980, mais especificamente a questão da luta pela terra, buscaram interpretar o passado misturando elementos religiosos oficiais (Igreja Católica Apostólica Romana) com as narrativas sobre o Contestado (caracterizada pelo catolicismo popular dos Monges): “O local escolhido para acolher a Romaria é um dos espaços que faz memória da luta pela terra. Irani, no Meio Oeste de Santa Catarina, foi cenário do primeiro combate da Guerra do Contestado, que celebra, em 2012, o centenário de seu início.”¹⁷ Assim, a utilização de símbolos como a cruz “veicula a imagem cristã da morte e ressurreição de Jesus Cristo, dor e esperança de salvação. E, rememora a história do Contestado, evocando o imaginário da desigualdade e solidariedade na luta pela terra, remetendo sempre à uma suposta identidade e histórias comuns”.¹⁸

A narrativa conduzida pela comissão organizadora da romaria apontou para uma dualidade, que: ao aproximar o Contestado e a questão climática, o passado, o presente e futuro, remete à devastação e à esperança: “Toda criação geme em dores de parto”, diz o texto. “Do ventre da Terra vêm os gritos de susto pela destruição. Das entranhas da humanidade saem gritos de dor. ” Mas também, “saem também gritos de esperança”. Desta forma, as “dores de parto anunciam sinais de vida. Escutar os gritos da Terra e das filhas e filhos da Terra nos faz dizer, como o poeta: 'Há que se cuidar da vida!'”¹⁹, completa o texto.

Para os organizadores do evento e para a posição que a Igreja assumiu, é possível dizer que as mudanças climáticas são resultado da intervenção antrópica sobre a natureza e não um movimento “natural” característico do planeta. Em outras palavras, distintas do debate entre cientistas “céticos” ou não, o aquecimento global é uma realidade e intervém sobre os recursos naturais disponíveis, principalmente para as famílias de baixa renda: “Estamos num tempo em que ocorrem mudanças climáticas, provocadas pelo aquecimento global do planeta, resultado de várias ações humanas e opções políticas de devastação da natureza e do consumo desenfreado”.²⁰

¹⁵ Romaria, Disponível em: <http://cpt.cnbbsul4.org.br/romaria/> Acesso em 29/05/2017.

¹⁶ Maria Bernardete Ramos Flores et all, Imagem e pedagogia, da cruz de cedro renasce uma cidade. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 16, n. 31 e 32. 215.

¹⁷ Romaria, Disponível em: <http://cpt.cnbbsul4.org.br/romaria/> Acesso em 29/05/2017.

¹⁸ Maria Bernardete Ramos Flores et all., Imagem e pedagogia, da cruz de cedro... 215.

¹⁹ Maria Bernardete Ramos Flores et all, Imagem e pedagogia, da cruz de cedro... Os autores apontam que “a primeira Romaria da Terra foi organizada no gênero da Via-Sacra, composta por quatro estações (paradas) onde, em cada uma delas, encenavam-se peças no alto da carroceria de um caminhão, que servia de palco. As peças representavam episódios da luta do Contestado, das lutas atuais por terra e rituais que re-atualizavam o mito da redenção, da utopia da mudança das condições de vida dos trabalhadores do campo.”, 209.

²⁰ CNBB Sul. Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água... 2.

Ainda, de acordo com o texto base da romaria de 2011, o nome “Irani é originário do rio que banha o município e que na língua tupi-guarani, significa mel envelhecido” ou “Abelha Enfurecida”. A interpretação, procura estabelecer a relação entre natureza – mudanças climáticas – com o local escolhido para abrigar o encontro: “o nome Irani tem relação com a beleza da fauna, da flora, com o remédio, o alimento e a vida e com os povos originários. Este nome aponta que esta região era habitada pelos povos indígenas Kaingangs e Guaranis”. Desta forma, o arquétipo edênico é retomado pela narrativa, como forma de argumentar que os moradores que habitavam a região antes do processo de colonização tinham abundância de recursos naturais: “a região, conhecida pela riqueza das florestas, principalmente, pinheirais, onde, para os primitivos habitantes da região e também para os sertanejos, que posteriormente habitaram estas terras, a floresta representava a sobrevivência”.²¹ Desta forma,

As terras pertencentes ao município de Irani inicialmente foram colonizadas, principalmente, por fazendeiros paulistas e colonos vindos do norte do Rio Grande do Sul. Na época da chegada dos primeiros colonos, as terras pertenciam ao município de Palmas, Estado do Paraná, fazendo parte de uma extensa área de terra à margem direita do Rio do Peixe. Essas terras eram desejadas pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina, bem como pela Argentina. A pretensão da Argentina ficou conhecida como 'Questão de Palmas' ou 'Questão das Missões' e foi resolvida em 1910. Porém, a disputa entre os dois estados, conhecida como 'Contestado', persistiu por mais anos.²²

Interpretando o Contestado como um processo de luta pela terra, a narrativa propõe uma determinada apropriação do passado, que, de certa forma, serve de elo entre a questão do Contestado e as bandeiras da Igreja:

Porém, as verdadeiras causas da Guerra não estão nas disputas para a definição dos limites territoriais. Estes não foram os motivos principais da Guerra. É praticamente um consenso entre os historiadores e estudiosos que o motivo principal foi a “expulsão” dos caboclos de suas terras. Esta expulsão se deu como uma das principais consequências das atividades econômicas promovidas pela grande empresa estrangeira, ligadas à extração madeireira e a construção da ferrovia, com apoio do Estado brasileiro. Também se juntaram ao lado dos caboclos, os ex-operários da construção da estrada de ferro e os dispensados ou fugitivos das serrarias existentes. Com apoio e aprovação do Estado, as empresas se instalaram e se apropriaram das terras e das riquezas naturais. Politicamente, na região imperavam práticas sociais e políticas conhecidas como “mandonismo”, “coronelismo”, voto de “cabresto”. O “sistema de compadrio” foi permeando as relações de dominação de classe e a cultura política da época.²³

O processo de expropriação dos habitantes tradicionais da região foi alavancado pela aliança entre o capital estrangeiro e o Estado brasileiro. Os favorecimentos do governo para que a *Brazil Railway Company* se estabelecesse e a construção da estrada de ferro, estariam entre as causas das disputas, assim como o contexto político local – o

²¹ CNBB Sul, Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água... 3.

²² CNBB Sul, Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água... 3.

²³ CNBB Sul, Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água... 3.

coronelismo. Por outro lado, o papel da Igreja no apoio desta aliança ou mesmo de “pacificação” dos caboclos revoltosos, não está evidenciado na narrativa:

Além das terras adquiridas, a empresa contava com uma concessão feita pelo governo brasileiro de uma grande área localizada nas margens da ferrovia (15 km de cada lado). Embora existissem áreas consideradas devolutas, existiam moradores estabelecidos de longa data. Nestes casos, os camponeses que não haviam formalizado a posse, eram desalojados sumariamente, isto constituía a maioria. Expulsos os “brasileiros”, abriam-se espaços para a empresa estrangeira explorar a madeira e colonizar as terras. “Em 40 anos de atividades da *Lumber*, desapareceram, aproximadamente, quinze milhões de araucárias das florestas brasileiras”. Tudo isso gerou a indignação destes caboclos, camponeses e empobrecidos, resultando em revoltas e na organização dos redutos ou “cidades santas”. O primeiro combate do Contestado, “O Combate do Irani”, ocorreu no dia 22 de outubro de 1912, onde morreu o líder José Maria, e militares do Paraná. Foi considerada a primeira vitória dos caboclos na Guerra.²⁴

Utilizando-se parcialmente do argumento de pesquisadores acadêmicos como Delmir José Valentini, a questão do desmatamento e a expropriação dos caboclos são pautados como elementares: José Maria é descrito como “o líder”, sem fazer menção a característica de representante espiritual do monge, presente na obra de Valentini – o que será tratado posteriormente. Assim, as formas de vida dos habitantes tradicionais da região foram ressaltadas, caracterizando-os pela sua coletividade:

Durante este período os caboclos desenvolveram formas e princípios coletivos na produção para sua sobrevivência. Uma dessas formas coletivas desenvolvidas pelos caboclos era “o *ajutório*”, também conhecido por “*pixurum*” onde vinte ou trinta pessoas se ajuntavam animados pelo espírito da cooperação e faziam trabalhos na roça em forma de mutirão. Nos redutos a ideia é que todos pudessem ganhar o alimento e repartir, principalmente com os velhos, as crianças. Esta experiência de solidariedade e partilha, de luta e de fé, tornou-se um dos traços culturais da resistência ao mundo da ganância. No reduto, os que tinham, deveriam auxiliar os que não tinham. Os que não queriam eram presos e o que eles tinham era repartido.²⁵

A religiosidade popular é utilizada como indicativo das semelhanças com as práticas atuais incentivadas pela Igreja. De certa forma, o protagonismo da religiosidade popular durante o Contestado, com suas “experiências de solidariedade e partilha”, é apropriado atualmente pela Igreja Católica, que vê nela essa mesma atitude “popular” de “resistência ao mundo de ganância”. E as contradições entre “catolicismo popular” e “catolicismo oficial” não são mencionados:

Importante ressaltar os Monges João Maria de Agostinho, João Maria de Jesus, José Maria e a Virgem Maria Rosa como presença de fé junto aos caboclos nestes tempos de duras lutas. Essas pessoas eram animadoras, orientadoras e provocadoras de práticas de partilha. Foram sustentáculos dos pobres, alimentando

²⁴ CNBB Sul, Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água... 4.

²⁵ CNBB Sul, Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água... 4.

Da “Luta pela Terra” à “Luta pela Terra”: Romarias, mudança climática e a apropriação simbólica da Guerra do... pág. 210

a luta através da fé, da oração, das devoções populares, convidando o povo para rezar contra a fome, a peste e a guerra. Por isso João Maria é reconhecido pelo povo caboclo como “São João Maria” e, ainda hoje são encontradas fontes de água que ele abençoava e a cruz de cedro nos lugares por onde ele passou.²⁶

Nesta perspectiva, o texto de Delmir José Valentini explicita que os “ajuntamentos” em torno das lideranças místicas configuravam uma das características do movimento do Contestado: “Cabe conferir também que o primeiro ajuntamento de sertanejos na Região do Contestado ocorreu”, de acordo com o texto do historiador, “ainda no início de 1912”²⁷. Para Valentini, alguns fatos ocorridos no ano anterior seriam motivo de enfoque: os sertanejos juntaram-se em torno de José Maria, um benzedor e curandeiro que receitava ervas, dava conselhos e exercia práticas anteriormente realizadas pelo velho monge João Maria²⁸. Outro historiador, Paulo Pinheiro Machado observou a complexidade das ideias que circularam entre “as lideranças rebeldes”, que não desenvolveram apenas um único ideal, mas “construíram um discurso híbrido, que envolvia as expectativas milenares e religiosas fundidas no descontentamento político e à rebelião social. Um conjunto de fatores econômicos, sociais e culturais concorreu para o desencadeamento desse tipo de revolta e para a formulação de um corpo próprio do projeto rebelde.”²⁹ Desta forma, como aponta Machado, os ajuntamentos traziam para si outros elementos, não apenas religiosos, mas também políticos:

O processo de reelaboração mística, ocorrido após a morte do monge José Maria no Irani, empreendido pelas lideranças de Taquaraçu e Perdizes – Eusébio, Querubina e Ventura –, levou à construção de um projeto distinto e autônomo de sociedade: “o quadro santo”. Este projeto autônomo, implementado no segundo Taquaraçu a partir de dezembro de 1913, teve como base a concepção sertaneja de “monarquia”, a negação do regime republicano dos coronéis e a reelaboração dos ensinamentos de João Maria, com a criação de algo efetivamente novo, as práticas sociais comunitárias, o “comunismo caboclo”.³⁰

Para o texto base da romaria, os elementos “políticos” não são mencionados: ao final do conflito ocorreu a “dispersão e um sentimento de frustração e vazio de perspectivas”, porque “as experiências coletivas foram profundamente atingidas”. Com a entrada do capital estrangeiro e as formas de manejo europeias trazidas pelos imigrantes a região foi ocupada por descendentes europeus, que compraram as terras de empresas colonizadoras “novamente sob o aval e patrocínio do Estado”.³¹ Assim como o texto de Valentini, a argumentação do texto base aproxima a questão social e a questão ambiental após a conclusão do conflito em 1916. A negligência com os sertões por parte dos governos federal e estadual fornece a linha narrativa que se segue à história do conflito, aliando problemas de devastação ambiental à Guerra do Contestado, como veremos a seguir.

²⁶ CNBB Sul, Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água... 4.

²⁷ D. J. Valentini, A atuação da Brazil Railway Company e o desencadeamento da Guerra na região do Contestado (1906-1916). In: Revista História Catarina, Lages (2010) 16.

²⁸ D. J. Valentini, A atuação da Brazil Railway Company e o desencadeamento da Guerra... 16.

²⁹ P. P. Machado, Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) (Campinas: UNICAMP, 2004) 335.

³⁰ P. P. Machado. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas... 338.

³¹ CNBB Sul, Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água... 4.

Ecoss do Contestado nas décadas seguintes

Em texto de divulgação de sua tese de doutorado, Delmir Valentini indica que o desmatamento provocado ao longo das décadas não está isolado das questões sociais. De início, o autor afirma que “da primitiva área de mais de 200.000 km² no Sul do Brasil, coberta de araucárias do início do século XX, em aproximadamente um século, encontramos nos mesmos locais apenas 3% da cobertura original”. Sobre a questão social, Valentini argumenta que hoje, “em alguns municípios da Região do Contestado, encontramos os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). A assistência aos moradores da Região só chegou em pleno século XX”³². De acordo com as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010, municípios da região do Contestado foram situados no cálculo IDH nas seguintes posições: Caçador (138), Irani (148), Fraiburgo (155), Matos Costa (277), Lebon Régis (286) e Calmon (292), dentre 293 municípios analisados.

A perspectiva debatida pelo texto base da romaria se aproxima deste argumento, ressaltando que o encerramento do conflito em 1916 não resolveu a problemática enfrentada pelas populações tradicionais da região. Na verdade, o tratado de limites que criou os municípios de Mafra, Cruzeiro, Porto União e Chapecó em 25 de agosto de 1917 e que é visto como o encerramento oficial das disputas, favoreceu a implantação de uma estrutura fundiária que, mais tarde, resultou no agronegócio:

Passa-se a uma nova forma de desenvolvimento estruturando-se em pequenas propriedades ou minifúndios. Assim, a estrutura fundiária da região, a partir desses anos, passa a conviver com dois modelos: de um lado, grandes latifúndios e, de outro, minifúndios, de propriedade familiar. Este paradoxo foi a marca principal do desenvolvimento nesta região também nos anos 1950 a 1970, onde se destaca a produção de trigo, milho e feijão. Estas atividades inicialmente de subsistência serviram de base para o desenvolvimento capitalista se transformar posteriormente em agronegócio. A extração e a comercialização da madeira marcam o início das atividades industriais e da acumulação de capital na região.³³

Com este argumento, a Romaria da Terra e da Água explora a questão de que o presente, mais do que simples resultado da ação divina, é fruto das desigualdades não resolvidas no passado. Os dois modelos em questão na região – o minifúndio e a pequena propriedade familiar – fundiram-se posteriormente, e a agricultura de subsistência foi transformada pela intensificação da produção de excedentes, viabilizando, posteriormente, o agronegócio.

Se as décadas de 1970 e 1980 intensificaram o êxodo rural e, em consequência disto, o aumento da concentração fundiária, onde a “pequena propriedade vai se tornando um complemento do sistema subordinando-se ao grande capital agroindustrial”, na década de 1990, marcadamente neoliberal,

as empresas também passaram pela re-estruturação produtiva e patrimonial fortalecendo o agronegócio na região do Contestado. Portanto, esta região vem se caracterizando pela predominância da

³² D. J. Valentini. A atuação da Brazil Railway Company e o desencadeamento da Guerra na região do Contestado p. 18 e 19 respectivamente.

³³ CNBB Sul, Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água... 4-5.

Da “Luta pela Terra” à “Luta pela Terra”: Romarias, mudança climática e a apropriação simbólica da Guerra do... pág. 212

agricultura familiar de um lado e, por outro, pelos grandes complexos agroindustriais, comandados pelo capital. Hoje as principais atividades econômicas desenvolvidas são as de criação de suínos e aves, cultivo de fumo, derivados de leite etc., predominantemente ligadas ao sistema de integração das empresas do agronegócio na região ou fora dela. Há o cultivo de maçã e outras frutas na região com formas de produção diferenciadas, com alto índice de ocupação de mão de obra nos meses de janeiro a maio. Nos maiores centros urbanos há também as indústrias de transformação ligadas à produção de móveis, portas, janelas, plástico, alimentação, papel e celulose, mecânica. De modo geral estas grandes empresas produzem para exportação.³⁴

Desta forma, os recursos naturais que – como diz o lema da romaria – “Deus criou”, estão concentrados e degradados. Quando substituindo-os por elementos mais rentáveis do ponto de vista econômico: “destaca-se que, apesar da abundância de água e mesmo de terras, a problemática ambiental está presente, especialmente pelo modelo de produção agrícola adotado, com uma grande produção de animais (suínos, bovinos e aves), associada à substituição da vegetação nativa pelo florestamento com espécies exóticas (*pinus* e *eucalipto*)”. Portanto, o texto conclui que “a questão ambiental é preocupante”, pois “a natureza passa a sua mensagem. A sociedade precisa estar atenta para os sinais”³⁵. A questão fundiária e a questão ambiental estão relacionadas, ou em outras palavras, a “luta pela terra” é também a “luta pela Terra”.

Conclusão

Este texto procurou demonstrar que, se a chamada Guerra do Contestado foi encerrada em 1916, as disputas pela apropriação de seus símbolos e significados continuou. Ao longo das décadas, os historiadores, acadêmicos ou não, estiveram em uma disputa simbólica pelas interpretações do conflito. O que também pode ser atribuído a instituições como o estado e a igreja. E por esse motivo, surgem contradições históricas, uma vez que estas duas instituições não estiveram necessariamente ao “lado dos sertanejos”, mas que, posteriormente, apropriaram-se do passado e ocultaram determinados elementos para aproximar-se da memória Contestado: se o ex-governador (então candidato) Amin não mencionou que as elites políticas dos estados de Santa Catarina e Paraná efetuaram os principais massacres contra os caboclos, a Igreja Católica também não mencionou seu papel político de apoio à nascente república e de crítica aos “ajuntamentos” sertanejos; a instituição estaria mais interessada na dispersão dos caboclos do que necessariamente em promover seu modo diferenciado de vida. Na atualidade, a mesma Igreja que ajudou a repreender o movimento, se apropria do Contestado como forma de legitimar suas bandeiras de reforma agrária e preservação do planeta.

Referências:

Campigotto, José Adilçon. Roças, Empresas e Sonhos: Jogos e Discursos (A CPT em Santa Catarina). Florianópolis: UFSC, 1996. Dissertação Mestrado em História.

³⁴ CNBB Sul, Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água... 5.

³⁵ CNBB Sul, Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água... 5.

Da “Luta pela Terra” à “Luta pela Terra”: Romarias, mudança climática e a apropriação simbólica da Guerra do... pág. 213

CNBB Sul. Texto base da 22. Romaria da Terra e da Água. Florianópolis: [s.l.], março de 2011.

Cronon, William. A Place for Stories: Nature, History, and Narrative, Journal of American History, Volume 78, Issue 4, 1 March (1992).

Espirito Santo, Evelise. A agricultura no estado de Santa Catarina. Chapecó: Grifos. 1999.

Ferreira, Helena de Freitas Ferreira. Historiografia contestada: reflexões acerca de alguns discursos e representações dos sujeitos atuantes na Guerra do Contestado. Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil, vol.1, n.1, (2007) 93.

Machado, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP. 2004.

Mello, Adilson. Quando todos têm razão: uma leitura sobre Deus e a diversidade. Revista Nures, ano 2, n. 4, Set. Dez (2006).

Poli, Odilon. Leituras em movimentos sociais. Chapecó: Grifos. 1998.

Ramos Flores, Maria Bernardete et all. Imagem e pedagogia, da cruz de cedro renasce uma cidade. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 16, n. 31 e 32.

Rodrigues, Rogério Rosa. Estilhaços da violência. A Guerra do Contestado e a memória oficial. Revista Contemporânea – Dossiê Guerras e Revoluções no Século XX, Niterói, vol. 2, ano 5, n. 8.

Romaria. Disponível em: <http://cpt.cnbbsul4.org.br/romaria/> Acesso em 29/05/2012.

Queiroz, Maurício Vinhas de. Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja de Contestado. São Paulo: Ática. 1958.

Valentini, Delmir José. A atuação da Brazil Railway Company e o desencadeamento da Guerra na região do Contestado (1906-1916). In: Revista História Catarina. Lages. 2010.

Para Citar este Artigo:

Silva, Claiton Marcio da. Da “Luta pela Terra” à “Luta pela Terra”: Romarias, mudança climática e a apropriação simbólica da Guerra do Contestado (Santa Catarina, Brasil). Rev. Incl. Vol. 5. Num. Especial Sociedad y Medio Ambiente en América Latina / Enero-Marzo (2018), ISSN 0719-4706, pp. 202-213.

221 B
WEB SCIENCES

CUADERNOS DE SOFÍA
EDITORIAL

Las opiniones, análisis y conclusiones del autor son de su responsabilidad y no necesariamente reflejan el pensamiento de la **Revista Inclusiones**.

La reproducción parcial y/o total de este artículo debe hacerse con permiso de **Revista Inclusiones**.